

Senado falha ao barrar governadores

Parlamentares-candidatos tentam, sem sucesso, limitar a ação de adversários regionais

Sandra Nascimento
de São Paulo

Neste ano, a maior parte dos 81 senadores passou seus dias de olho nas eleições de 98. Muitas das ações de destaque dentro da Casa tiveram clara motivação político-eleitoral: a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou a emissão irregular de precatórios, a aprovação da lei que limitava em 50% o uso das verbas das privatizações estaduais e a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do projeto que acaba com o segundo turno para as eleições de prefeitos e governadores. A pá de cal nas pretensões dos senadores — barrar a ação dos governadores adversários — foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de derrubar o limite imposto ao uso do dinheiro das privatizações.

Os atuais governadores poderão concorrer, no próximo ano, a um novo mandato sem deixar os seus cargos e com muito dinheiro das privatizações em seus cofres para serem utilizados em investimentos que saltem aos olhos dos eleitores, para desespero da oposição. Até mesmo aqueles que se encontram em situação menos privilegiada pelas pesquisas de opinião acreditam que serão beneficiados com a polarização da disputa no segundo turno.

No Senado estima-se que há, no mínimo, uns 20 candidatos a candidatos a governador em seus respectivos estados. “Tem muito mais do que isso”, garantiu um deles, o senador Júlio Campos (PFL-MT), autor do projeto de lei que acaba com o segundo turno para a eleição de governadores e prefeitos. Já aprovado pela CCJ, a proposta foi para a geladeira depois que o PSDB decidiu se opor à proposta de Campos. Na avaliação do partido, o segundo turno é um bom negócio para os tucanos candidatos à reeleição em seus estados.

A emenda da reeleição só foi aprovada pelo Senado depois de o presidente Fernando Henrique Cardoso — dizem os senadores da base governista — garantir que o segundo turno seria mantido apenas para a disputa presidencial. Quando a discussão em torno do projeto de extinção do segundo turno começou, veio o temor de o Supremo Tribunal Federal (STF) considerá-la inconstitucional. O receio estava baseado em outra decisão da Justiça, tomada pouco antes. “Fomos enganados”, esbravejou à época o líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão, candidato ao governo do Piauí, depois de o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não acolher

a lei das desincompatibilizações, permitindo que tanto o presidente Fernando Henrique quanto os atuais governadores disputassem o novo mandato sem afastarem-se de seus cargos.

O jogo de interesses locais dos senadores produziram a primeira grande CPI do governo Fernando Henrique, a dos precatórios. Por iniciativa do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) — implacável perseguidor do governador Paulo Afonso, de Santa Catarina — descobriu-se uma série de escândalos na emissão e transação de títulos públicos envolvendo não só Afonso como o até então intocável Miguel Arraes, de Pernambuco, o já endividado Divaldo Suruagy, de Alagoas e, graças ao esforço do senador tucano José Serra (SP), chegou-se ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta, à época secretário do ex-prefeito Paulo Maluf. Afonso escapou de um impeachment com o apoio da Assembléia estadual, Arraes foi poupado e Suruagy renunciou porque o seu estado faliu. Pitta é, até agora, o único a enfrentar as consequências e prepara-se para recorrer contra um pedido de cassação feito pelo Ministério Público.

A última esperança dos senadores-candidatos era a limitação das verbas das privatizações. Kleinübing chegou a propor que 75% do dinheiro arrecadado com a venda das estatais fosse destinado ao pagamento das dívidas. No plenário, conseguiu aprovar um limite de 50%. Imediatamente, 15 dos 27 governadores recorreram ao STF e ganharam o direito de continuar gastando o dinheiro das vendas das estatais como bem entenderem.

Depois de tantas derrotas, os senadores já admitem jogar a toalha no tapete azul do Senado e arregaçar as mangas para a batalha, que esperam dura, nos estados. No Legislativo, nem mesmo a aprovação da reforma Administrativa, que poderia obrigar os governadores a medidas impopulares como demissões em massa para se ajustarem ao limite imposto pela lei Camata — gasto com pessoal até 60% da receita líquida — daria resultado, já que não haveria tempo legal, devido à proximidade das eleições, em outubro.

Restaria, então, trabalhar para impedir a aprovação de empréstimos ou rolagem de dívidas, decisão que cabe ao plenário do Senado. Idéia considerada descartada por aqueles que conhecem bem a Casa. “Alguém aqui já viu algum pedido de empréstimo ser negado?”, indagou um inconformado senador governista.

Senadores x Governadores*

Estado/Governador	Senador
 Mato Grosso - Dante de Oliveira (PSDB)	 Júlio Campos (PFL)**
 Pará - Almir Gabriel (PSDB)	 Jáder Barbalho (PMDB)
 Sergipe - Albano Franco (PSDB)	 Antônio Carlos Valadares (PSB)
 Alagoas - Manuel Gomes de Barros (PTB)	 Renan Calheiros (PMDB)
 Distrito Federal - Cristóvam Buarque (PT)	 José Roberto Arruda (PSDB)
 Santa Catarina - Paulo Afonso (PMDB)	 Vilson Kleinübing (PFL)***
	 Esperidião Amin (PPB)

* Principais adversários. ** Autor do projeto que extingue o segundo turno. *** Autor do projeto que limitava o uso das verbas da privatização a 25%. Senado reduziu o limite a 50% e o STF derrubou a lei.

Empresas estaduais privatizadas

(Em 1997)

Empresas	Receita dos leilões	Dívida transferida	US\$ milhões Result. total
Empresas	10.967	1.499	12.466
Coelba	1.598	213	1.811
Cachoeira Dourada	714	140	854
CEEE - Norte-NE	1.486	149	1.635
CEEE - Centro-Oeste	1.372	64	1.436
Ceg	430	nd	430
Riogás	146	nd	146
Credireal	112	nd	112
Banerj	289	nd	289
CPFL	2.731	102	2.833
Energisul	565	218	783
Cia. União de Seg. Gerais	45	nd	45
Cemat	353	461	814
Energipe	520	40	560
Cosen	606	112	718
Venda de participações	1.961	-	1.961
Copel	213	-	213
Cociba	126	-	126
Coelce	92	-	92
CEB	74	-	74
Cemig	1.053	-	1.053
Sabesp	375	-	375
Bese	28	-	28
Total	12.928	1.499	14.427

Fonte: BNDES